



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELECTUAL DA UNICAMP

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:

<https://econtents.bc.unicamp.br/omp/index.php/ebooks/catalog/book/139>

DOI: 10.20396/ISBN9786587198040

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:

©2020 by UNICAMP/IFCH. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>

PARA ALÉM DA NECROPOLÍTICA: PANDEMIA, NEOLIBERALISMO E O HOMEM MÉDIO¹

Diogo Valmor Pereira²

Pedro de Castro Picelli³

Este ensaio tentará demonstrar ao leitor que os encaminhamentos dados à crise do novo coronavírus pelo governo bolsonarista impactam as necropolíticas tradicionais do Estado brasileiro. Assim, nosso argumento chamará atenção à insuficiência dos esforços em reposicionar conceitos que dão pouca inteligibilidade a uma variável importante de nossa realidade social.⁴ Este impacto é decorrente da conjugação de condições políticas para execução de um “experimento social neoliberal” (Safatle, 2020) que combina interpretações de mundo de uma parcela significativa de sua população — os tipos médios (Cavalcanti; Chaguri; Nicolau Netto, 2019) — às novas razões do capitalismo contemporâneo (Dardot e Laval; 2016).

¹ Este ensaio é fruto de reflexões e conversas construídas ao longo da disciplina de “Seminário de Dissertação e Tese” (2020) ministrada no Departamento de Sociologia da Unicamp pela Profa. Dra. Bárbara Geraldo de Castro, a quem agradecemos pelas leituras atentas. Os agradecimentos também se estendem aos/às colegas da turma e ao Prof. Dr. Michel Nicolau Neto e Profa. Dra. Mariana Miggiolaro Chaguri, que se dispuseram gentilmente a contribuir com sugestões valiosas. Obviamente, os deslizes presentes no texto são de total responsabilidade dos autores.

² Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Unicamp; Mestre em sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciência Humanas da Unicamp, atualmente é doutorando em sociologia pelo Filosofia e Ciência Humanas da Unicamp. E-mail: diogovalmorp@gmail.com

³ Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Unicamp; Mestre em sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciência Humanas da Unicamp, atualmente é doutorando em sociologia pelo Filosofia e Ciência Humanas da Unicamp. E-mail: pedrocastropicelli@gmail.com

⁴ Acreditamos neste exercício de imaginação sociológica, pois até mesmo Achille Mbembe aponta para uma alteração social do necropoder durante a epidemia do novo coronavírus. Ver: Mbembe, Achille. Pandemia democratizou poder de matar, diz autor da teoria da ‘necropolítica’. Folha de S. Paulo, São Paulo, 30 de mar. de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica.shtml>> acessado em 2 de abril de 2020 às 13:57.



A hipótese sustentada aponta para a presença de uma epistemologia de governabilidade que incide diretamente sob a condução das variáveis sociais do problema da morte. Isto porque repertórios consolidados de símbolos e saberes são desestabilizados na experiência presidencial do sujeito médio em dar sentido à vida⁵. Este argumento ganhará força investindo-o na revisão de decisões políticas do governo brasileiro para controle de epidemias do século XIX e XX e as gestadas por entes federativos na atual pandemia. Por meio desta comparação, afirmaremos que o projeto bolsonarista de sociedade é potencialmente suicidário, possibilitando ao Brasil servir de laboratório de testes para os limites do próprio sistema capitalista. O homem médio, na condução da crise, torna sua própria precariedade regra com destreza suficiente para manejar novos repertórios neoliberais. Se setores importantes da elite nacional insistem na necessidade de aplicação da cartilha necropolítica, o tipo médio expande violentamente os limites desta concepção em nome de um projeto que não é o seu. O governo, por sua vez, não mais se limita a administrar a morte de parcelas da população, mas instado pela racionalidade de tipos médios cultivará sua própria explosão (Safatle, 2020).

São tomadas por engano, portanto, as especulações de estar em curso tão somente o gerenciamento de necropolíticas históricas do Estado brasileiro para a condução da crise sanitária. Defrontamo-nos com uma possibilidade original de gestão da nova razão do capitalismo contemporâneo na periferia do mundo, impressionando pela brutalidade até mesmo alguns de seus antigos entusiastas.⁶ O aparelho estatal está sob comando do “ator contínuo de sua própria catástrofe” (Safatle, 2020). O homem médio (Cavalcanti; Chaguri; Nicolau Netto, 2019)

⁵ A definição de tipos/sujeitos médios por ora pode ser apresentada enquanto uma noção que reúne um tipo social específico não ajustado às “elites” de seu grupo social. Isto é, trata-se, sobretudo, de um tipo de sociabilidade precária encarnada em sujeitos localizados transversalmente pelo tecido social e que confere sentido as maneiras de interpelar o mundo de uma heterogeneidade de agentes. Essa definição será trabalhada com mais vagar nas páginas deste texto.

⁶ Guimarães, Lígia. “Presidente dá cambalhota e ele mesmo escorrega”, diz FHC sobre a atuação de Bolsonaro na pandemia do novo coronavírus. BBC News Brasil, São Paulo, 11 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52610097>>. Acessado em: 19 de maio de 2020.

ascendeu e constrangerá todos a um projeto suicida estimulado pelas formas de subjetivação neoliberal, que apenas nas parcelas sepulcrais remeterá às similitudes da gestão brasileira das mortes. Bolsonaro arrebanha uma “catástrofe para chamar de sua” (Safatle, 2020). A sobrevivência do já frágil pacto social é colocada à prova dos novos rituais destrutivos de corpos. Esta é a originalidade do dado.

Enquanto Bolsonaro habitar o Planalto, o governo brasileiro arrastará a pandemia informado para além da fronteira do modelo necrológico habitual. Sua tendência suicidária será reinventada cotidianamente através da racionalidade de um grupo de sujeitos médios – em maioria brancos – orientadas transversalmente pela nova razão de mundo pós democrático (Dardot; Laval, 2016). Transformam-se todos em potenciais vítimas de disposições sacrificiais em nome do capital: um salve-se quem puder, da maneira como puder, rompendo com a lógica corrente de atuação estatal para implementação de políticas públicas de exício.⁷ O governo bolsonarista, ao estimular condutas da população através do aparato do Estado, abstém-se politicamente de controlá-las⁸ ensejando um original flerte coletivo com a morte na condução nacional a um projeto autoritário de poder. Nestas condições, o acirramento da racionalidade neoliberal de “generalização da concorrência como forma de conduta e da empresa como forma de subjetivação” (Dardot e Laval, 2016) é levada a cabo por um outsider em um país ao sul do mundo, no qual sua “população é apenas o suprimento descartável para que o processo de acumulação e concentração não pare sob hipótese alguma” (Safatle, 2020). A insistência presidencial na produção de cadáveres infectados para imunização do rebanho materializa recursos característicos da inserção de um

⁷ Gomes, Pedro Henrique. “Não sou coveiro, tá?”, diz Bolsonaro ao responder sobre mortos por coronavírus. Portal G1 de Notícias, Brasília, 20 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml>>. Acessado em: 19 de maio de 2020.

⁸ Maia, Gustavo. “Esse vírus é igual à uma chuva. Vai molhar 70% de vocês”, diz Bolsonaro a apoiadores. O Globo, Brasília. 03 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/esse-virus-igual-uma-chuva-vai-molhar-70-de-voces-diz-bolsonaro-apoiadores-1-24349253>>. Acessado em: 19 de maio de 2020.

setor expressivo da sociedade na ordem capitalista. Desta maneira, a construção de um caleidoscópio de crises⁹ enquanto conduta política do chefe de Estado empurrará o país ao precipício de uma nova razão de mundo. Este é o dado indispensável à análise: a reflexividade fatal da lógica bolsonarista combina-se à “trajetória de ilimitação” do capital (Dardot e Laval, 2016), consolidando uma nova forma de governabilidade.¹⁰

Não é sociologicamente razoável, portanto, tomá-lo como repetição ininterrupta de debates públicos tecidos durante as epidemias do império e da recém-forjada república ao ponderarmos os impactos sociais da pandemia de COVID-19. A lógica das operações de guerra empreendidas em cortiços para controle das classes perigosas, os debates sobre administração pública e higiene, sintetizadas em complexas relações entre saber e poder, são tensionadas agora em uma conjuntura informada politicamente por outros protagonistas.¹¹ No atual estágio de coisas, estes elementos informam arranjos de vida e morte mais amplos, permitindo apreender apenas fragmentariamente as diretrizes deste “experimento social”. Se revisitarmos experiências passadas em busca de recorrências para um argumento circular, incorreremos no erro de desconsiderar a novidade bolsonarista. Sobressai, assim, o risco do cotidiano ser apenas rebobinado no tempo, ignorando que Nero já empunha o violino.

⁹ Magalhães, Guilherme. Bolsonaro tem ao menos uma crise a cada 50 dias. Folha de São Paulo, São Paulo. 15 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/governo-bolsonaro-tem-ao-menos-uma- crise-a-cada-50-dias-relembre-dez-delas.shtml>>. Acessado em: 19 de maio de 2020.

¹⁰ Por governabilidade entendemos “o encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si” (Foucault apud Dardot e Laval, 2016). Neste ensaio, enfatizaremos esta noção para compreendermos o modo como a sociabilidade média de Bolsonaro tenciona à condução do Estado neoliberal para promoção de um “experimento social”.

¹¹ Não aprofundaremos o debate sobre as políticas de combate às epidemias na história brasileira, pois não é nosso objetivo, mas algumas ideias centrais acerca de tais temas. Para um debate mais aprofundado sobre as políticas de combate às pandemias na história brasileira, ver: Chalhoub, Sidney; Cidade Febril: cortiços, epidemias na corte imperial; São Paulo: Companhia das Letras; 2017.

As linhas de gênero, raça e classe¹² reguladoras das políticas públicas tanto em 1849 e 1870 – nos surtos de febre amarela –, quanto em 1904 com a varíola, em 1918 na “hespanhola” são explícitas. Todas estas experiências articularam um repertório de condução das crises apoiadas no tripé saber-poder-lucro ao fazerem política “deslegitimando o lugar [dela] na história” (Chalhoub, 2017). Em meados do XIX, por exemplo, os embates cientificistas de administração pública registravam os diagnósticos da febre enquanto uma doença tipicamente negra. Em 1870, com a desidratação da escravidão, foram retomados sob o prisma da consolidação dos processos imigratórios no projeto de embranquecimento da sociedade brasileira. A varíola e os debates de vacinação concentraram nos cortiços, “valhacouto de criminosos”, o vetor da moléstia e os corpos a serem variolizados para manter a oxigenação do novo regime republicano. A espanhola transformou o Rio de Janeiro em um grande hospital, fazendo da região serrana o refúgio das famílias de elite e das classes médias. As ponderações miasmáticas e infeccionistas, em compasso, inundavam a pauta dos periódicos informando possibilidades de tratamentos para os adoentados da capital.

Estes são os traços pelos quais as querelas mortuárias modularam problemas sociais e políticos de um Estado nacional disposto a gerir os destinos de sua população por meio de prognósticos científicos ao longo das crises sanitárias. De maneira que “a alegação de ‘cientificidade’, de neutralidade nas decisões administrativas, [trouxe] sempre em seu cerne a violência contra a cidadania” (Chalhoub, 2017, p.67). Estas ideias estimularam, por exemplo, o próprio padrão de expansão urbana brasileira. Isto é, alocando interesses privados na concessão de monopólios para a exploração de serviços públicos de saúde e transporte na onda urbanizadora do processo republicano. A conta fecha-se, grosso modo, em determinações sanitárias informadas pelos tensionamentos entre saber, poder e

¹² Tais marcadores da diferença são entendidos como categorias que conferem sentidos às experiências de sujeitos e grupos. Ao se articularem, constituem um “movimento transformador de configurações relacionais” dentro de relações “historicamente contingente e específicas a determinado contexto” (Brah, 2006).

capital. Ou, no limite, como a expressão máxima da governabilidade específica de um Estado em controlar fronteiras sociais – simbólicas e físicas – mortuárias em situações de calamidade pública.

Sugerindo um passado contínuo em nosso espectro, as tensões sobre quarentena, as relações capital-trabalho, a “gripe benigna”, a “gripe de limpa velhos”, o uso de quinino, o “cai, não cai” do Diretor de Saúde Pública, as explicações religiosas e o embate com “philosophos materialistas” habitaram discussões públicas pregressas, como as da epidemia de 1918. Se colocadas no tacho e decantadas, estas ideias reverberam o nó das políticas de vida e morte por meio da “interdependência entre o pensamento médico [científico] e ideologias políticas raciais” (Chalhoub, 2017) que permearam toda nossa formação pós-abolicionista arregimentada em políticas estatais organizadas por oligarquias burocráticas. Assim, as políticas brasileiras de combate às pandemias, mas não só, operaram calcando hierarquias sociais e de poder forjadas no liberalismo escravocrata manejado por uma hábil elite política. O risco, entretanto, é tomá-las como elemento central de análise da crise que nos rodeia. Vivemos a égide de uma nova epistemologia de comando do Estado nacional. O encaminhamento bolsonarista é o elemento insólito desta combinação autodestrutiva entre tipos médios e neoliberalismo que se choca, inclusive, com a estabilidade científica arregimentada enquanto uma das informantes históricas da necropolítica brasileira. Essa combinação permitirá vislumbrar ao circuito do capital possibilidades de expansão, não mais confinando pessoas em mundos de mortes, mas ampliando as próprias fronteiras destes universos. Trata-se, sobremaneira, de uma ruptura sociocognitiva exponencializada por outras tantas.

É bem verdade, como demonstrou Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997), que a construção do aparelho estatal no país foi produto, sobretudo, da violenta relação entre grupos sociais imersos em uma sociedade de bases escravistas e latifundiárias. Marcado por sua penúria material, precariedade de ordenações e fragilidade de normativas (Botelho, 2013), o Estado recorreu historicamente à mistura de recurso públicos e privados para sua própria subsistência. A

questão é que tal condição ensejou por um lado a continuidade do exercício personalizado do poder, reafirmando o princípio da dominação pessoal de alto a baixo como elemento mais geral da regulação de relações sociais no Brasil, e por outro a tendência em imiscuir interesses privados com os públicos como norma de conduta (ibid). A governabilidade das instituições organizou-se, desta forma, como instância reflexiva da socialização precária e violenta de setores da sociedade brasileira, produzida e produzindo assimetrias de poder entre grupos e os sentidos que estes deram a elas. De modo que os lastros racialistas, misóginos e classistas herdados de nossa formação social informaram a regulação estatal – e, fundamentalmente, suas elites – na criação de “mundos de morte”, buscando reduzir os personagens de sempre “a pedaços de carne inertes ao enterro” (Mbembe, 2020). Seria um engano profundo desprezarmos esta organização social do Estado; séculos de experiências com o necropoder conferem íntima habilidade em decidir quem deve continuar ou não respirando (Safatle, 2020) ou na medição dos sacrifícios que valem mais que outros (Mbembe, 2020).

Ainda assim, ao não se tratar de uma reabilitação histórica, apontarmos apenas para as aparências ahistoricizadas da morte como fato social intransponível à conjuntura brasileira bolsonarista é incidir na confusão. Hoje, elas não são produtos exclusivos da soberania necropolítica de outros tempos. Se as pandemias emulam elementos democratizantes no poder de matar (Mbembe, 2020), descentralizando-o, como se suspenso no ar, cada sujeito torna-se potencial rastilho da morte. O Estado, por sua vez, tenta contê-los seguindo preceitos que lhe confirmem domínio sobre a expansão do problema. A condição de mártir, por exemplo, – “aquela em que o sujeito triunfa sobre sua própria mortalidade” (Mbembe, 2020) – é controlada antes que se espraie na noção de um futuro facilmente colapsado no presente. Do mesmo modo, as políticas de isolamento social podem ser lidas como regulação necrológica deste poder espalhado ao passo de tratamentos serem produzidas em laboratórios, institutos de pesquisas e universidades no intuito reassentá-lo.

Mas o que vivemos no Brasil consoante ao (des)controle da epidemia é uma “testagem social” inédita de uma subjetivação neoliberal que poderá ser realizada de maneira expandida a começar pela periferia do mundo. Lugar social no qual um homem alheio ao circuito das oligarquias reclama a possibilidade ímpar de tocar este projeto, convocando a população às ruas¹³ no intuito de averiguar os limites suportados da máquina de moer gente e do próprio sistema normativo neoliberal ativado no centro do capitalismo; um sujeito estranho às instâncias decisórias do Estado mas ligado a ele por meio da formação capitalista de uma sociedade fragmentada, excludente, violenta e com tendências autoritárias. Encaminhar a análise por meio desta particularidade possibilita compreendermos localmente as forças que tensionam os encaminhamentos do processo social da pandemia no país e da real possibilidade de implementação de um experimento social de escala global que poderá vingar.

A governabilidade do Estado brasileiro é alçada à atriz contínua “de sua própria catástrofe, [...] o cultivador de sua exclusão” (Safatle, 2020). Ao celebrar a destruição de um mundo pregresso, “acelera[rá] em direção à sua própria catástrofe” (ibid). Basta notarmos, por exemplo, que as políticas federais no combate à COVID-19 são grau máximo de expressão da lógica competitiva generalizada. Anuncia-se como alternativas públicas a imunização em rebanho, a ausência de testagens¹⁴ e equipamentos de proteção aos trabalhadores, a subnotificação de casos e óbitos, a recusa governista de concessão de auxílios emergenciais, a lotação de leitos públicos e nenhuma conduta federal de estatização de hospitais privados. A presença do governo se esfumaça por entre

¹³ Redação ISTOÉ, “Professor que participou de protesto contra isolamento morre com suspeita de Covid 19”. Isto É, 19 de maio de 2020. Disponível em: <<https://istoe.com.br/professor-que-participou-de-protesto-durante-isolamento-morre-com-suspeita-de-covid-19/>>, acessado em 19 de maio de 2020.

¹⁴ Sobrinho, Wanderley Preite. Governo não sabe o número de testes feitos nem quantos kits de covid há no país. Uol, São Paulo, 28 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/28/governo-federal-nao-sabe-quantos-testes-de-covid-19-sao-feitos-no-brasil.htm>>. Acessado em: 19 de mai. de 2020.

Faltam EPI's em todo o país. Associação Médica Brasileira, São Paulo. Disponível em: <<https://amb.org.br/epi/>>. Acessado em: 19 de mai. de 2020.

estas diretrizes. No entanto, ela se materializa no socorro ao sistema bancário¹⁵, nas pressões pela abertura acelerada da economia e no pontapé nas costas dos que se equilibram no limiar do abismo. Este projeto, dentro de uma combinação própria da racionalidade do homem médio, testará hipóteses da sobrevivência do neoliberalismo conjugando níveis ainda menores de dispêndio redistributivo e de austeridade. Sua metodologia laboratorial de testagem da morte é a da extensão do trabalho precário, remoto e com menores remunerações a faixas da população antes preservadas¹⁶, a da miséria estendida nas bordas da informalidade¹⁷; e sobretudo, a da recolocação dos limites sacrificiais de gerência do Estado na regulação capital-trabalho. Dito de outro modo, experimentamos a extensão às últimas consequências do discurso empreendedorista do novo sujeito neoliberal sob a chancela de tutoria privada da vida e da morte. Onde não cabe apenas ao Estado gestar cotas mortuárias, mas legar ao indivíduo a administração de sua própria vida e morte.

Estamos diante de uma administração estatal que executa o “ritual de liquidação de si” (ibid) em nome de um projeto que não é propriamente o dos integrantes de parte expressiva do governo. Uma epistemologia que, alimentada pela sociabilidade de sua base social – “grupos que em nome do mérito, colocam a vida privada e valores patriarcais como o cerne da vida republicana no Brasil” (Cavalcanti, Chaguri, Nicolau Netto, 2019) – potencializará a matriz violenta de

¹⁵ de Castro, Fabrício Rodrigues, Eduardo. Com crise, BC já anunciou R\$1,2 trilhão em recursos para bancos. Uol, Brasília, 23 de mar. de 2020. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/03/23/com-crise-bc-ja-anunciou-r-12-trilhao-em-recursos-para-bancos.htm>>. Acessado em 19 de mai. de 2020.

¹⁶ Mendonça, Heloísa. Crise do coronavírus amplia desigualdades e inaugura novo grupo de vulneráveis, o dos com ensino superior. El País, São Paulo, 29 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/economia/2020-04-29/crise-do-coronavirus-amplia-desigualdades-e-inaugura-novo-grupo-de-vulneraveis-o-dos-com-ensino-superior.html>>. Acesso em 30 de abr. de 2020. Graça, Adjuto. Coronavírus pode levar 500 milhões de pessoas para a pobreza. Agência Brasil, Brasília, 10 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/coronavirus-pode-levar-500-milhoes-de-pessoas-para-pobreza>>. Acessado em 19 de mai. de 2020.

¹⁷ Adghirni, Samy; Marlow, Iain e Karam, Souhail. Vírus sem fronteiras ameaça 2 bilhões que vivem na informalidade. Exame, São Paulo. 05 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://exame.com/economia/virus-sem-fronteiras-ameaca-2-bilhoes-que-vivem-na-informalidade/>>. Acessado em: 19 de maio de 2020.

nosso capitalismo produzindo crises cíclicas para manejo do poder. A Caixa de Pandora, desobstruída em 2014, encorajou o homem médio (ibid) a vislumbrar com a participação na governamentalidade neoliberal, materializando-se na ascensão de Bolsonaro à cadeira presidencial. Uma figura desajustada aos símbolos estabelecidos pelas elites nacionais e – por consequência, transnacionais – que, em pouco ou nada, compartilhava dos seus repertórios de distinção. Elementos distantes deste universo, mas ameaçadoramente próximos da derrocada: uma heterogeneidade transversal de sujeitos livres brancos na ordem capitalista. Sua formação acadêmica, ofícios, experiências e ausência de herança (econômica ou social) se mostram permanentemente insuficientes quando comparadas às de seus pares, a despeito das inúmeras diferenças entre eles. O único repertório comum acessado por este grupo é o do mérito pessoal como recompensa à labuta moral imposta pelo constrangimento incessante da própria precariedade. “É o tipo social incapaz de se manter em posições privilegiadas ou a elas ascender sem o peso das estruturas que reproduzem a tradição. Tendo de se submeter a mecanismos de competição e seleção [...], o homem médio não pode prescindir da inércia para encontrar formas seguras de sobrevivência e satisfação das expectativas.” (ibid).

Não à toa, a fragilidade de suas bases sociais de integração condiciona a criação de recursos epistemológicos para fabulação de um mundo que se quer estático e construído a partir desta própria dinâmica. A busca por estabilidade e segurança atravessa a construção lógica de mundos facilmente classificáveis e preferencialmente inertes, mesmo arquitetado sob o signo do conflito e do esforço pessoal. São os elos frágeis de suas posições sociais que conformam o mundo fleumático desejado para si, ainda que apenas em suas especulações. Neste sentido forjam as narrativas da própria existência desestabilizando repertórios estabelecidos por outros grupos sociais. Ao criarem as próprias fronteiras – discursivas e imagéticas –, separam-se de condenados da terra, enquanto acreditam tocar o poder a partir da elaboração rumos das próprias existências. Seu lema é, portanto, exclusão para inclusão. Estas são apostas contínuas que

adotam a violência como mediação social para parirem a fórceps o dia seguinte. Os tipos médios são definidos, sobretudo, enquanto um repertório cognitivo de parcela significativa da população brasileira. Nesse ponto podemos reafirmar a transversalidade desta definição. “Esse tipo social médio não é exclusivo das classes médias, nem se reduz apenas aos homens, embora aí esteja sua expressão mais acabada. O sentimento de ameaça e fragilidade talvez seja o ponto-chave de sua amplitude [...] como fenômeno social.” (ibid)

Suas vidas são palpites apostas nos limites do possível – e do impossível. Não há chances de inserção e construção de uma biografia desprezados os riscos, posta a fragilidade social como condicionante das experiências de estarem no mundo. Viver não passa de uma promoção constante de crises para elaboração racional de outras como prova de eficiência. Por ser uma experiência inédita de ascensão ao poder no Brasil, a tentação de tomarmos o bolsonarismo como um desvario amador de condução da crise sanitária confirma a sua complexidade ao passo de esconder a compreensão dos encaminhamentos históricos dados pelos tipos médios no capitalismo. No limite, suas condutas são de auto-preservação e, por esta mesma razão, não titubeiam em aderir às ideologias fascistas, nazistas, integralistas e eugênicas – práticas de exercício de poder descendente – para encaminharem sentidos ao cotidiano. A sociabilidade mediana é, por definição, suicidariamente instável. E, antes de mais nada, contínua aposta na ameaça para elaboração de seu repertório moral. É nesta conjuntura política que o neoliberalismo se desenrola em um país comandado por um tipo social desabitado à lida do poder expandido. Por entusiastas da meritocracia e do darwinismo social que confiam sua sobrevivência às supostas aptidões corporais frente a peste, legando às mortes o domínio da fatalidade, sem qualquer tipo de interferência na rota do vírus. Aparelhado institucionalmente por sua família – ampliada –, dará as costas a qualquer repertório estabelecido de conduta contrário aos sentidos conferidos à própria vida. Assim, dialogam cada vez mais com os pares, recalando fronteiras e reposicionando hierarquias sociais; estreitando

cada vez mais sua visão monofocal e arbitrária de mundo: a-democrática, isto é, forjada em desconsideração aos repertórios sobre democracia e igualdade.

O homem médio no poder encaminha a tragédia periférica anunciada pela nova razão contemporânea do capitalismo. Bolsonaro marca “um tipo de brasileiro que se sentia acuado há bastante tempo. E particularmente nos últimos anos. Uma gama de pessoas – especialmente homens brancos heterossexuais – que tiveram a trajetória confrontada por outros sujeitos sociais afirmando direitos e sonhos.” (Brum, 2019). São eles comerciantes, pequenos e médios empresários, varejistas, autônomos. Luciano Hang, Júnior Durski, Alexandre Guerra ou o proprietário de um negócio no interior de algum estado da federação. Não tomam parte da confraria do grande capital ou de setores da elite brasileira, mas se afeçoaram à subjetivação neoliberal tal qual sua formação social os impeliu a se criarem na ordem capitalista (ver: Franco, 1997). O que a base social governista estimula é o confronto com a morte no intuito de recuperar seu prejuízo, recorrendo fundamentalmente a narrativas de moralidade nem que isto lhe custe a vida. Primeiro, pois não confrontará o próprio sistema às últimas consequências; é ele que orienta sua conduta de existência e sua sustentação no Estado. No mais, os tipos médios corroboram facilmente com o horizonte das estratégias neoliberais, isto é, a de criar situações de mercado (Franco, 1997 e Dardot; Laval, 2016) e competição pessoalizada. Segundo porque não são capazes de mobilizar recursos suficientes para manejar a gramática do poder em torno de consensos; assim recorrem às demissões ministeriais, à fábrica de notícias falsas, à criação de palanques eleitorais frente ao cercadinho do Planalto, alianças com o espectro centrista, concessões ao capital financeiro, carreatas pela abertura do comércio, etc. Por fim, a narrativa de estar no mundo enquanto pessoa (Franco, 1997) constrói seus altares e se embrenha nas práticas de dar sentido aos processos sociais, tornando ilusório acreditar que abnegarão dela em nome de uma solução coletiva.

O entendimento que fazem da noção de “direito”, por exemplo, é reveladora da interferência da fragilidade em suas experiências de se situarem

em um universo de dinâmicas complexas. É por meio desta materialidade de estar no mundo que conseguem dar nomes às próprias expectativas. Não cabe à análise sociológica, portanto, compreender o governo deslocando seu movimento político para as esferas do sadismo, ingerência ou crueldade – por mais que estas suas características sejam evidentes. Mas de perceber que todas elas são informadas por um nível de pessoalização violenta dos tipos médios, compartilhada por muitos brasileiros: é este “o princípio mais geral da coordenação das relações sociais” que estabelecem para si. (Botelho, 2013). Construídas em alicerces frágeis, são marcadas pela violência no foro mais íntimo. Neste sentido, os afetos dão o tom político da ilusória ausência da esfera federal na condução da crise do novo coronavírus. Em síntese, nosso argumento consiste em perceber que a necropolítica não pode ser levada a rigor por este tipo, pois a semântica mediana é um entrave à sua elaboração tradicional. Abrir mão da gestão da morte transformou-se em política de um Estado neoliberal periférico guiado por um homem médio. No entanto, sua lógica, mesmo não sendo a que tradicionalmente chamamos de necropolítica, não deixará de operar no aprofundamento das distâncias sociais em torno de marcadores sociais da diferença, nem da produção de cadáveres marcados por gênero, raça e classe. Agora, a gestão mediana da morte espalhará esse poder decisório a todo conjunto populacional ao passo de possibilitar a execução de um novo sistema normativo onde os indivíduos regularão os destinos da matança.¹⁸

O que o argumento exclusivo à necropolítica encobre é a possibilidade de uma nova organização neoliberal ao Sul do mundo, justificada precariamente pelo argumento da inevitabilidade do mal e do autogoverno do indivíduo. Não se trata de loucura, nem de “paranoia social” (Safatle, 2020). Se o projeto bolsonarista for mal sucedido, a justificativa federal será depositada nas contas

¹⁸ De forma alguma, estamos sinalizando o fim dos impactos causados pela necropolítica brasileira. É certo que ao final da pandemia os dados nos confirmarão as características sociais destas mortes. No entanto, a gestão bolsonarista não opera mais no sentido tradicional e isto causará um impacto ainda maior à tragédia brasileira anunciada há tempos, seja no número de mortes por Covid-19 ou por outras razões.

de estados e municípios. E o tamanho da ruína de nosso insipiente processo civilizatório será percebido quando, no futuro, os acusados pelo insucesso anunciado se defenderem alegando a prática *stricto sensu* da lógica necropolítica.¹⁹ Se reduzidos os impactos, encontraremos aos montes argumentos contrários à compressão bolsonarista escorada na defesa da cartilha brasileira de gestão de corpos historicamente colocada nos debates públicos. É sintomático perceber que a dissonância entre guerra dos entes da federação ao coronavírus e ao governo federal se baseiam na própria cumplicidade com o capital. Entretanto, dois processos se apresentam: a defesa da “contrarrevolução preventiva” avisada por Florestan Fernandes (o controle burocrático e racional de uma guerra civil nunca declarada) e a aplicação de uma nova subjetivação neoliberal combinada ao bolsonarismo (que desloca a necropolítica).

Não se trata de humanizarmos o capital na defesa irrefletida dos modelos de políticas de isolamento social ou de assistência de saúde pública tal qual têm sido levadas a cabo por estados e municípios. A crença de que suas medidas visam salvar vidas pela maneira como a crise tem sido conduzida, mesmo quando dissonante da prática federal, não é aceitável.²⁰ O colapso das políticas públicas de saúde não é hodierno. As justificativas para corpos mortos nas ruas e valas comunitárias são timbradas tanto de um lado, quanto de outro, há tempos.²¹

¹⁹ Se tomarmos como exemplo as políticas de isolamento social dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, perceberemos que estes sins estão tomando como normativa às necropolíticas: desassistência às populações de maior vulnerabilidade e o genocídio destas mesmas, seja pelo vírus ou pelos motivos cotidianos. Ver: Lemos, Marcela. Adolescente João Pedro é morto em operação no Rio; família critica polícia. Uol, Rio de Janeiro, 19 de mai. de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/05/19/adolescente-de-14-anos-e-morto-em-operacao-policia-no-rio-de-janeiro.htm>>. Acessado em 19 de maio de 2020; Gortázar, Naiara Galarra. Coronavírus chega às favelas brasileiras com impacto mais incerto que nas grandes cidades. El País, São Paulo. 05 de abr. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-04-05/coronavirus-chega-as-favelas-brasileiras-com-impacto-mais-incerto-que-nas-grandes-cidades.html>> . Acessado em 19 de maio de 2020.

²⁰ Arias, Juan. O coronavírus dos ricos e o coronavírus dos pobres. El País, São Paulo. 21 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-04-21/o-coronavirus-dos-ricos-e-o-coronavirus-dos-pobres.html>>. Acessado em: 19 de maio de 2020.

²¹ Com cemitério superlotado, Manaus enterra vítimas em valas comuns. O Globo, Rio de Janeiro. 21 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/coronavirus-com-cemiterio-superlotado-manaus-enterra-vitimas-em-valas-comuns-24386039>>. Acessado em 19 de maio de 2020.

Os caminhões frigoríficos apenas expõem as consequências do capitalismo nas suas bordas. Trata-se, entretanto, de percebermos a existência uma nova epistemologia governamental. O que se espraia nas esferas estaduais é a tentativa de minorar – sob a incredulidade desta nova subjetivação neoliberal que cedo ou tarde será comprada pelas oligarquias brasileiras – as consequências imediatas de um sistema que dormiu gestando a morte e amanheceu com a possível perda de seu controle por conta do vírus. No governo federal brasileiro, entretanto, a aproximação coletiva com a morte é a marca desse experimento *in vitro* da nova razão do capitalismo contemporâneo, capitaneado por um elemento suicida que forja historicamente sua lógica de sociabilidade em compasso aos sistemas normativos do capital. É sob esta face original que compreenderemos o novo experimento conjugado às expectativas de um futuro que se insinua na nova razão capitalista ao sul da teoria. Neste sentido, alcançar as bases sociais do bolsonarismo como “um horizonte imaginativo específico” (Maia, 2009) nos encaminha para compreendermos a quente a expansão do “flerte contínuo com a morte” (Safatle, 2020) tendo em vista que está em curso no Brasil também um experimento expandido da nova razão do capitalismo contemporâneo.

E a nova subjetivação neoliberal aflora afinidades significativas com a experiência mediana de estar no mundo. Esta racionalidade vem triunfando ao produzir formas de relações sociais, maneiras de viver e certas subjetividades que colaboram para a “generalização da concorrência como forma de conduta e da empresa como forma de subjetivação.” (Dardot e Laval, 2016) Ao aprofundar o governo do indivíduo, ela arquiteta repertórios de valorização da vida como uma “perpétua gestão de riscos” e desmoraliza o Estado ao afirmá-lo como destruidor das virtudes da sociedade civil. Aquele, por sua vez, “não é mais o guardião vigilante desse quadro; ele próprio, em sua ação, é submetido a norma de concorrência.” (ibid) Assim este repertório confere à epistemologia dos tipos médios destreza suficiente para colocar em circulação as regras do jogo em meio à pandemia, inicialmente com mais habilidade que as oligarquias habituadas a manejar heranças com contenção de riscos no Brasil. Isso não implica que

estes sujeitos tomarão parte das benesses do jogo, mas indica apenas que são mais socializados e disponíveis para fazer o trabalho pesado das estratégias neoliberais. Por essa razão, não se pode confundir a representação ideológica com a normatividade prática deste sistema normativo. A oposição do grande empresariado e rentistas é à forma²² e aos riscos em que este projeto é conduzido, e não ao seu conteúdo e consequências em si.²³ A elite brasileira, inatingível pelo vírus por ser a única a manter-se no isolamento, exprime relativo desconcerto ao perceber não é ela quem conduz diretamente este projeto²⁴, entretanto, ela sim sabe que “toda crise é cheia de oportunidade”²⁵. São as nuances históricas que possibilitam que, pelas mãos dos homens comuns, esse experimento seja testado, encontrando base social com expertise em manejar racionalidades ademocráticas. Neste sentido, é interessante atentarmos para um arsenal discursivo acessado pela “unidade contraditória” (Franco, 1997) deste sistema normativo entrecruzado de homens médios e capital: o da fome como “dispositivo de recompensa e punição, sistema de estímulo e desestímulo” (Dardot e Laval, 2016).

Se a gestão de mortes é tradicionalmente o sustento do necroestado para afastar sua prática autodestrutiva – e aí está a tentativa de quarentena para não deixar dúvida –, a lógica bolsonarista opera a crise exatamente em sentido contrário das práticas globais de contenção da pandemia. O cálculo pessoal entre estar faminto ou asfixiado propõe revisar consensos mínimos de humanidade

²² Paulo Marinho: “Eu nunca ouvi Bolsonaro expressar a palavra obrigado a alguém”. Fórum, São Paulo. 17 de mai. de 2020. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/paulo-marinho-eu-nunca-ouvi-bolsonaro-expressar-a-palavra-obrigado-a-alguem/>>. Acessado em 18 de maio de 2020.

²³ Silveira, Daniel; Gerbelli, Luiz Guilherme; Salati, Paula e Martins Raphael. Falta de coordenação no combate ao coronavírus prejudica a retomada da economia, apontam empresários. Portal G1, São Paulo. 18 de mai. de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/05/18/falta-de-coordenacao-no-combate-ao-coronavirus-prejudica-retomada-da-economia-apontam-empresarios.ghml>>. Acessado em 18 de maio de 2020.

²⁴ Solano, Ester. “Elite limpinha não gosta da barbárie de Bolsonaro, mas adora a de Guedes”. Carta Capital, 14 de dezembro de 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/elite-limpinha-nao-gosta-da-barbarie-de-bolsonaro-mas-adora-a-de-guedes/>>. Acessado em 20 de maio de 2020.

²⁵ Jorge Paulo Lehmann em entrevista ao O Globo. O Globo, 16 de abril de 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/jorge-paulo-lehmann-que-eu-gosto-mais-que-toda-crise-cheia-de-oportunidades-24375730>>. Acessado em 20 de maio de 2020.

entre sujeitos, repondo um repertório de estratégias neoliberais com sanções não mais de mercados ou de governos, mas morais. É interessante que Auguste Comte (Lévi-Strauss, 2009) já equacionava este problema dividindo animais em três categorias: as ameaças ao homem, os alimentos do homem e, por fim, os seus amigos. Estas relações de solidariedade afirmavam os primeiros como alimentos de segundos e terceiros e, no limite, o grupo de número dois podendo se alimentar de três a depender das condicionantes sociais. A chave do argumento é que o ajuste dos fluxos da cadeia alimentar estaria condicionado à constatação do excesso de animalidade que seria prejudicial a determinado grupo (ibid). Imagetivamente, é esta novidade sob a perspectiva de homens médios: um experimento expandido de (re)humanização para além da necropolítica dando vazão à nova subjetivação neoliberal.

A personificação da escolha entre morte por infecção ou por inanição é um dos elementos da leitura de mundo arregimentada pela sociabilidade mediana bolsonarista e das racionalidades do empresariamento de si; a fome – e seu aspecto social de reconhecimento de humanidade – transparece no repertório desta combinação suicidária e também na face mais cruel do capitalismo no Brasil. A noção de “pessoa” (Franco, 1997), mobilizada com violência avassaladora na figura presidencial, encontra base social em extensões significativas da população. Obviamente, ela sofrerá resistência momentânea das elites brasileiras, sob o argumento de preservação da vida enquanto não atinja seus interesses. É esta diferença epistemológica entre interpretações de mundo a serem explicitadas nas tentativas de compreensão do desastre social em curso no Brasil 2020 e do neoliberalismo em escala global. Nossas experiências parecem estar descompassada às mundiais, onde os governos assumem a dianteira da crise, pois além de historicamente enfrentarmos entraves à consolidação de um Estado de bem-estar social, estamos sob a epistemologia de uma figura desabituada à instância ocupada e que lhe vê cair ao colo a possibilidade de conduzir a nação.

É notório, assim, que as fronteiras serão aprofundadas sob o signo da individualização da fome – problema clássico das populações ao sul do mundo;

Para além da necropolítica:...

entre quem terá o que comer a curto prazo e os que não, opções justificadas por meio de um sistema normativo original (Dardot; Laval, 2016). O campo discursivo do mérito e da dedicação sacrificial ao trabalho será ativado à força na tentativa de lançar o Brasil ao suicídio, alimentando a própria lógica da sobrevivência como escolha pessoal. Esta reflexividade entre homens médios, ideias e experiências de estar no mundo confere expertise ao presidente convencer seus pares da continuidade acirrada do neoliberalismo. Ao que nos resta de humanidade, será imperioso nortear um projeto universalista de redistribuição de renda, antes que o experimento neoliberal suicidário concretize sua proposta sob a face mais desprezível do autoritarismo: a de um homem comum.

Referências bibliográficas

BOTELHO, André. Teoria e História na sociologia brasileira: a crítica de Maria Sílvia de Carvalho Franco. *Lua Nova*, São Paulo, 90: 331-366, 2013.

BRUM, Eliane. Jair Bolsonaro: o homem mediano assume o poder. *El País*, 4 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/02/opinion/1546450311_448043.html>

CAVALCANTI, Sávio; CHAGURI, Mariana; NICOLAU NETTO, Michel. O conservadorismo liberal do homem médio. *Época*, 9 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/artigo-conservadorismo-liberal-do-homem-medio-23358236>>

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2018. 250 p.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, SP: Boitempo, 2016. 413 p.

FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4. ed. São Paulo, SP: UNESP, c1997. 254 p.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A lição de sabedoria das vacas loucas. *Estudos Avançados*. Vol. 23, n. 67, p. 211-216. 2009.

MAIA, João Marcelo Maia. Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol.24, número 71, 2009.

Diogo Valmor Pereira e Pedro de Castro Picelli

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios* - Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, número 32, 2016.

SAFATLE, Vladimir. *Bem-vindo ao Estado suicidário*. Pandemia Crítica. São Paulo: N-1 Edições, 2020.